

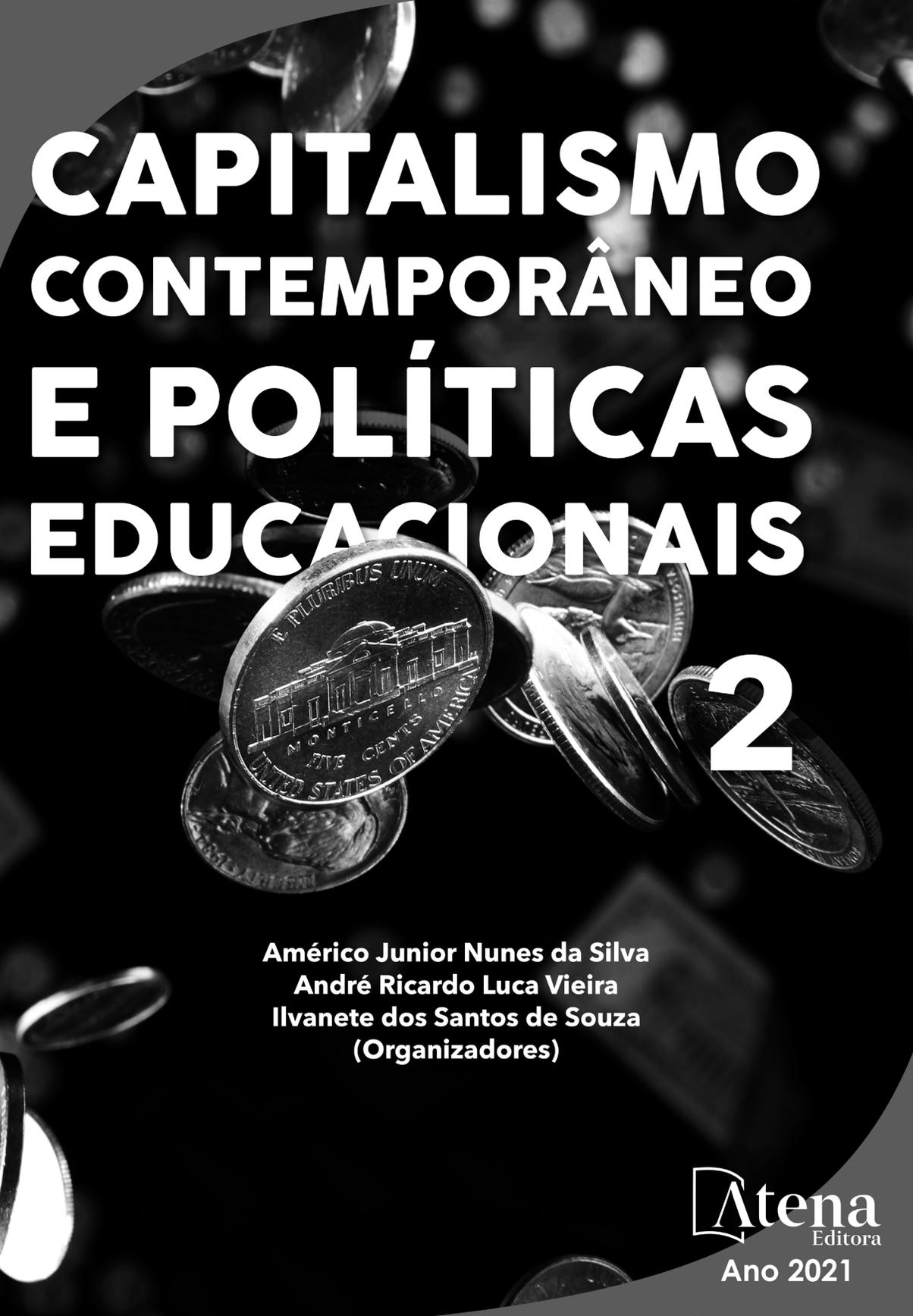
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

2

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora

Ano 2021



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

2

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C244 Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais 2 /
Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André
Ricardo Lucas Vieira, Ilvanete dos Santos de Souza. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-166-1

DOI 10.22533/at.ed.661211106

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador).
III. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021, com a aprovação do uso das vacinas no Brasil e com aplicação a passos lentos, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Como assevera Santos (2020), desde que o neoliberalismo foi se impondo como versão dominante do capitalismo o mundo tem vivenciado um permanente estado de crise; onde a educação e doutrinação, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são os principais modos de dominação ao nível dos Estados.

Nesse sentido, a pandemia, ainda segundo o autor anteriormente referenciado, veio apenas agravar a crise que a população tem vindo a ser sujeita. Esse movimento sistemático de olhar para as crises, postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto dessa crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**Capitalismo Contemporâneo e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que aceitaram fazer parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

Ilvanete dos Santos de Souza

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PRESENÇA VIVA DE PAULO FREIRE: DO OMBRO AMIGO À LUTA ESPERANÇOSA	
Darli Collares	
Nina Rosa Ventimiglia Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.6612111061	
CAPÍTULO 2	9
DIÁLOGO COM A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA	
Núbia R. B. da Silva Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.6612111062	
CAPÍTULO 3	19
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA E A TENSÃO PÚBLICO-PRIVADO: COLEGIALIDADE E PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NAS INSTÂNCIAS DE GESTÃO	
Brenda Natallie Girardi de Almeida	
Cristina Fioreze	
DOI 10.22533/at.ed.6612111063	
CAPÍTULO 4	24
A LUTA DE CLASSES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESTADO E PODER	
Algacir José Rigon	
DOI 10.22533/at.ed.6612111064	
CAPÍTULO 5	29
COMPREENSÕES DO TRABALHO EM MARX: A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA DE 2020	
Caio Vinicius Freitas de Alcântara	
Daniel Lima Fonseca	
Ivys de Alcântara Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6612111065	
CAPÍTULO 6	43
A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: PRODUTO DA PÓS MODERNIDADE E DA GOVERNAMENTALIDADE	
Nancy Rigatto Mello	
Gilmar dos Santos Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6612111066	
CAPÍTULO 7	59
EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE RISCOS, RABISCOS E ESPAÇOS QUE APRESENTEM UM MUNDO LETRADO	
Fabiana Hortolani Sartori	
Josilaine Aparecida Pianoschi Malmonge	
Sintia Otuka Rossi	

DOI 10.22533/at.ed.6612111067

CAPÍTULO 8	67
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POBREZA, O BANCO MUNDIAL E AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS	
Lilian Aparecida Carneiro Oliveira Victor Cavalari Vieira de Oliveira Emmanuella Aparecida Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.6612111068	
CAPÍTULO 9	82
A AVALIAÇÃO INTERNA NO SINAES: GESTÃO DA INFORMAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE	
Adriana Almeida Sales de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.6612111069	
CAPÍTULO 10	93
PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE EJA: CAMINHOS POSSÍVEIS	
Hellen Nepomuceno de Oliveira Odair Ledo Neves	
DOI 10.22533/at.ed.66121110610	
CAPÍTULO 11	105
A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DE CAMPO NA BAIXADA FLUMINENSE: DISPUTAS EPISTÊMICAS NA GEOGRAFIA	
Vinícius de Luna Chagas Costa Diomario da Silva Junior Marcus Vinícius Castro Faria Cícero de Aquino Costa Simões	
DOI 10.22533/at.ed.66121110611	
CAPÍTULO 12	117
UM ESTUDO SOBRE OS ESTILOS PARENTAIS: REFLEXÕES SOBRE O NÃO LUGAR DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Célio Rodrigues Leite Débora Quetti Marques de Souza Maria Paula Cavalcanti Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.66121110612	
CAPÍTULO 13	130
OUVIR, FALAR, REFLETIR: TÉCNICAS DE ENTREVISTA E ANÁLISE DE CATEGORIAS QUALITATIVAS	
Marcos Bentes Luna de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.66121110613	
CAPÍTULO 14	140
EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA E DESFILES ESCOLARES NA FESTA DO COLONO	

DE MANIÇOBA: UMA PEDAGOGIA ALTERNATIVA

Micael Benaic Honório Santos

Edonilce da Rocha Barros

DOI 10.22533/at.ed.66121110614

CAPÍTULO 15..... 158

ESTRATÉGIA PARA MELHORAR E CONSOLIDAR O ENSINO-APRENDIZAGEM DE MENINAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Maria Isabella Lima Garção

Gylles Ricardo Ströher

Gisely Luzia Ströher

DOI 10.22533/at.ed.66121110615

CAPÍTULO 16..... 165

A ALFABETIZAÇÃO EM CLASSE MULTISSERIADA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Márcia Rejane Scherer

DOI 10.22533/at.ed.66121110616

CAPÍTULO 17..... 173

NOVO E VELHO NORMAL: A RENOVAÇÃO DA DESIGUALDADE DIANTE DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE NA ILHA DE COTIJUBA /PA-BRASIL

Alessandra Quaresma Gonçalves

Alexandre Augusto Cals e Souza

Benedito Bastos da Costa

DOI 10.22533/at.ed.66121110617

CAPÍTULO 18..... 186

A FORMAÇÃO COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE NO TERRITÓRIO CAMPONÊS

Ana Clara da Silva Nascimento

Deyse Morgana das Neves Correia

DOI 10.22533/at.ed.66121110618

CAPÍTULO 19..... 199

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Jeane Melriele Rodrigues Ferreira

Giane Lucélia Grotti

DOI 10.22533/at.ed.66121110619

CAPÍTULO 20..... 210

ANÁLISE DISCURSIVA DE UMA NARRATIVA INFANTOJUVENIL: *JOÃO, PRESTE ATENÇÃO!!*

Maria Luiza de Britto Zeferino

Márcia Aparecida Amador Mascia

DOI 10.22533/at.ed.66121110620

CAPÍTULO 21	223
O DIÁLOGO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	
Eliara Zavieruka Levinski	
Ana Carolina Cabral Leite	
Caroline Simon Bellenzier	
DOI 10.22533/at.ed.66121110621	
CAPÍTULO 22	228
EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO: RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO	
Juliana Gisele da Silva Nalle	
Claudionei Nalle Junior	
DOI 10.22533/at.ed.66121110622	
CAPÍTULO 23	235
AUSÊNCIA DE AUTORIDADE E A PERMISSIVIDADE DOS PAIS: REFLEXOS NA EDUCAÇÃO	
Maria Aurora Dias Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.66121110623	
CAPÍTULO 24	242
A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Angélica Baumgarten Gebert	
DOI 10.22533/at.ed.66121110624	
CAPÍTULO 25	251
ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS: UMA PERCEPÇÃO SOBRE O CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES DO IF FLUMINENSE CAMPUS CAMPOS CENTRO	
Cristina Alves Baptista	
Mayara Teodoro Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.66121110625	
SOBRE OS ORGANIZADORES	256
ÍNDICE REMISSIVO	258

CAPÍTULO 8

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POBREZA, O BANCO MUNDIAL E AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Data de aceite: 01/06/2021

Lilian Aparecida Carneiro Oliveira

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais-
Campus Rio Pomba
Rio Pomba, Minas Gerais, Brasil

Victor Cavalari Vieira de Oliveira

com Instituto Federal do Sudeste de Minas
Gerais- Campus Muriaé
Muriaé, Minas Gerais, Brasil

Emmanuella Aparecida Miranda

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais-
Campus Muriaé
Muriaé, Minas Gerais, Brasil

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo analisar através da Análise de Discurso Crítica, os documentos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e as orientações do Banco Mundial. Mediante a crescente desigualdade social, pobreza e a exclusão que se instauram cada vez mais em nome do desenvolvimento econômico, há a necessidade de invocar ilusoriamente conceitos como os que sustentam o PRONATEC, com o objetivo de internalização de uma nova cultura de conformação, fragmentação e despolarização dos grupos subalternos, uma vez que a base capitalista em que se materializam essas políticas não possui a pretensão de reformas estruturais, mas de mudanças pontuais que são colocadas como se fossem de interesse universal, quando

na realidade mascaram interesses da minoria dominante.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional, PRONATEC, Políticas Públicas, Pobreza.

POLITICS ON PROFESSIONAL EDUCATION, POVERTY, THE WORLD BANK AND DISCURSIVE STRATEGIES

ABSTRACT: This work aimed to analyze through the Critical Discourse Analysis, the documents of the National Program for Access to Technical Education and Employment (PRONATEC) and the guidelines of the World Bank. Due to the growing social inequality, poverty and exclusion that are increasingly established in the name of economic development, there is a need to illusively invoke concepts such as those that sustain PRONATEC, with the aim of internalizing a new culture of conformation, fragmentation and depoliticization of subordinate groups, since the capitalist base on which these policies materialize does not have the intention of structural reforms, but of specific changes that are placed as if they were of universal interest, when in reality they mask interests of the dominant minority.

KEYWORDS: Professional education, PRONATEC, Public politic, Poverty.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa de mestrado já concluída que aponta por meio das análises dos documentos do PRONATEC e do Banco Mundial, as relações

que existem entre o PRONATEC e a pobreza. Traçamos algumas considerações sobre o papel das políticas de formação profissional a partir da década de 1990, o Banco Mundial, a pobreza e as estratégias discursivas.

Dessa forma, pretende-se com esse artigo trazer algumas considerações e análises que nos levam a perceber como o Banco Mundial tem encontrado o consentimento do governo brasileiro na adesão de suas orientações e como as suas prescrições se efetivam por meio das políticas sociais. A maior ênfase foi dada ao estudo do PRONATEC, por ser a mais recente política de qualificação profissional e cujo estudo visa, através da Análise de Discurso Crítica de Fairclough (2001) destacar o quanto os discursos de redução da pobreza e inclusão social são usados para a criação de um consenso produzido pelos grupos dominantes para manter a sua hegemonia.

A naturalização de ideologias embutidas nas práticas discursivas favorece a construção de um senso comum que geralmente é utilizado pela classe dominante para cooptação e desmobilização da classe subalterna. O conceito de hegemonia trazido por Gramsci é essencial na ADC, uma vez que, “a luta pela hegemonia nas sociedades capitalistas não se trava apenas nas instâncias econômica e política (relações materiais de produção e poder estatal), mas também na esfera da cultura” (SIMIONATTO, 2011, p. 54)

Conclui-se a partir da análise das políticas de formação profissional, como o PRONATEC, mediante às orientações de organismos multilaterais como o Banco Mundial, que as ações governamentais são consideravelmente influenciadas por essas recomendações, inclusive no que se refere a direcionamento de políticas sociais regidas pela lógica econômica.

2 I ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O recorte da década de 1990 deve-se ao fato da educação como um todo e da educação profissional terem sido redimensionadas, tanto pelos efeitos da globalização, da reestruturação produtiva quanto do avanço neoliberal, passando à concepção de mercadoria. A mercantilização da educação é a marca dessa década, cujo papel estratégico repousa nas demandas da economia alicerçadas pelos preceitos do Banco Mundial, como expõe Lima Filho:

No que se refere à concepção da educação profissional e ao contexto de implantação da reforma conduzida pelo MEC, que a racionalidade instrumental e mercadológica da política pública para a educação profissional expressa sua organicidade ao modo-lo negociado pelas elites nacionais junto ao capital internacional para a inserção do país na divisão internacional do trabalho, em condição de subalternidade, ocupando a posição de nação periférica consumidora de tecnologia exógena produzida nos países centrais da economia capitalista (LIMA FILHO, 2002, p. 282).

Após a Segunda Guerra Mundial, como nos aponta Neves et al (2010), são vários os ajustes que o capital tem realizado para manter sua hegemonia, tendo como uma de suas principais ações o controle dos países periféricos da América Latina, dependentes do capital financeiro dos Estados Unidos, cujo poder se estabeleceu por meio de organismos multilaterais como o Banco Mundial. Se em primeiro momento a conquista do consenso se deu pelo desenvolvimentismo propiciado pelo Estado de bem-estar, em outro, registra-se a modernidade conservadora associada ao progresso financiado pelo capital dependente.

No campo educacional, os rebatimentos se deram de maneira a promover a formação de sujeitos aptos ao desenvolvimento do trabalho complexo e do trabalho simples. Assim, a dicotomia estabelecia-se em dois eixos: uma educação marcada pela necessidade de intelectuais que reproduzissem conhecimentos voltados aos interesses do capital, e a formação de técnicos aptos ao desempenho de funções demandadas pelo mercado de trabalho. Nesse contexto (1950- 1960), como assinala Frigotto (2013), as concepções dos processos educativos, formativos e da qualificação profissional passam por uma ressignificação que os coloca como formadores de capital humano e os desvincula do sentido ontológico¹ do trabalho. Assim, por meio da Teoria do Capital Humano², criada por Theodore Schultz, propagava-se a ideologia de que o investimento em capital humano permitiria maior produtividade, melhores empregos, desenvolvimento individual e o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

A década 1980 é caracterizada por Gentili (2005, p. 49) pela “proliferação de discursos que começaram a enfatizar a importância produtiva dos conhecimentos (inclusive a configuração de uma verdadeira “Sociedade do Conhecimento” na Terceira Revolução Industrial)”. O autor reafirma seu pensamento ao corroborar às ideias de Leher³ sobre as diretrizes das políticas educacionais dos países periféricos, ou seja, destaca o papel do Banco Mundial nas determinações das políticas em questão. A educação elementar “minimalista” e a formação profissional “aligeirada” ganham ênfase sob o ponto de vista das ideologias dominantes como o melhor meio de combate à pobreza e ao desemprego, já que o trabalho requerido por uma economia subdesenvolvida é pouco qualificado.

1. O sentido ontológico do trabalho é a forma com que os homens estabelecem relações entre si e com a natureza, desenvolvendo conhecimentos que possibilitam o estabelecimento de sua existência. O trabalho em Marx (2016, p. 211) “é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo- braços e pernas, cabeça e mãos- a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil a vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e sobre a própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais”.

2. A teoria do capital humano se apresenta na nova versão alternativa de trabalho à “sociedade dos serviços” pela ênfase na qualificação do trabalhador como saída para o emprego, a educação implementando competências e habilidades para o mercado. (DE MARI, 2006, p.81)

3. Leher (1999), ao tratar das intervenções do Banco Mundial no campo das determinações educacionais salienta a natureza do capital dependente como comandatário das diretrizes educacionais brasileiras. Esse tema é tratado no artigo “Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo”, disponível em: <<https://cnenebio.files.wordpress.com/2010/05/leher-um-novo-senhor-da-educac2bauo.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

É nesse cenário de efervescência política e econômica que os Estados Unidos assumem a liderança mundial, emergindo como potência detentora de grande parte da riqueza mundial e de poder. “Os grandes arquitetos de políticas trataram, é claro, de usar esse poder para criar um sistema global que viesse ao encontro de seus interesses” (CHOMSKY, 2002, p. 10).

O pacto entre as elites nacionais e internacionais seguia a perspectiva neoliberal como manual de preservação dos interesses privados, transformando as democracias emergentes de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento em alianças em nome do progresso. Desmantelavam-se, assim, as pequenas, porém progressivas, conquistas sociais desses países a partir da desqualificação de seus governos, difundindo a ideia da necessidade de crescimento econômico para melhor desenvolvimento desses países, nos quais buscava-se mascarar os planos políticos de concentração de capital.

A década de 1990, conforme De Mari (2006), traz ao cenário brasileiro reformas que seguem as orientações de agências multilaterais, como o Banco Mundial, cujos reflexos foram profundas mudanças nas estruturas de serviços públicos e as formas de gestão do Estado dos países periféricos e semiperiféricos, incluindo várias reformas na área educacional.

Dentre o conjunto de políticas, derivam também aquelas destinadas a reduzir os riscos sociais e os elevados níveis de desemprego que assolaram a década de 1990, como nos aponta Frigotto (2013):

A educação e a qualificação transitam, assim, da política pública para assistência ou filantropia ou, como a situa o Banco Mundial, uma estratégia de alívio da pobreza (LEHER, 1998). No plano ideológico desloca-se a responsabilidade social para o plano individual [...] os desempregados devem buscar “requalificação” e “reconversão profissional” para se tornarem empregáveis ou criarem o autoemprego no mercado informal ou na economia de sobrevivência (FRIGOTTO et al., 2013, p. 15).

O BM, além de se constituir como uma organização reguladora de atendimento aos interesses dominantes e provedor de recursos financeiros para os países devedores, exerce, segundo De Mari (2006), um papel de intelectual coletivo dos países centrais que assegura a hegemonia das classes dominantes sobre as subalternas, ou seja, “mediador intelectual, agência de pensamento [...] e preposto das relações de poderes entre os países centrais e periféricos e semiperiféricos” (p. 28).

O Brasil, como já foi explanado, é um país de capital dependente e isso faz com que este se subordine às relações de dominação impostas por organismos multilaterais. Para De Mari (2006), essa subordinação ocorre por meio da coerção e do consenso. Por meio da coerção, as imposições e condicionalidades impostas pelo BM não deixam outras opções, já que são predeterminadas pelo crescimento da dívida externa e por meio do consenso que se efetiva por intermédio de reformas, políticas ou dos aparelhos privados

de hegemonia, que dirigidos às classes subalternas, garantem a sua cooptação ideológica ou a conformação à ordem vigente.

Na lógica do capital, todas essas medidas são necessárias para garantir a reprodução e a acumulação em níveis cada vez maiores. Nesse jogo, segundo Silva (2002), o Estado é chamado a cooperar e mediar essa relação, mantendo sob controle e em condições toleráveis, a pobreza e outras mazelas advindas desse sistema. As políticas sociais são uma forma que os governos encontram de abrandar tais problemas, já que a pobreza é uma consequência das próprias políticas neoliberais produzidas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Assim, as políticas sociais exercem o papel de manutenção do equilíbrio social e da sociabilidade capitalista, ou seja, parecem atender aos anseios da classe trabalhadora, quando na realidade, atendem aos interesses do capital financeiro.

2.1 Papel do PRONATEC na redução da pobreza

Conforme Evangelista e Shiroma (2006), o desenvolvimento econômico incentivado pelos organismos multilaterais em cima da ocultação do crescimento da pobreza é predominante na América Latina, onde o que está em jogo é a produção de um consenso de que os países devem se desenvolver a um determinado nível educacional que os permita concorrer no mercado globalizado. E isso é muito evidente na realidade brasileira, tendo em vista que:

Estamos falando de país em que mais da metade da população, 85 milhões de habitantes, vivem abaixo da denominada linha da pobreza. As explicações oferecidas à população reconhecem o aumento da pobreza, mas colocam-na no âmbito da anomia, como performance decepcionante, falha no ajuste para alcançar o desenvolvimento sustentável. Ao responsabilizar os indivíduos, as famílias, a comunidade, pela situação dos pobres e excluídos, os Estados acabam por se restringirem a programas paliativos (como o Bolsa Escola e o Fome Zero, no Brasil) (EVANGELISTA E SHIROMA, 2006, p. 52).

As políticas definidas pelo BM, para Kuenzer (1999), buscam desresponsabilizar o Estado de suas obrigações com uma educação pública e gratuita em todos os níveis. Para justificar o afastamento do Estado de suas obrigações, conceitos como o de equidade, empregabilidade e competências são utilizados. Para a autora, a oferta de cursos aligeirados e uma formação precarizada para os trabalhadores também são uma forma de fazer com que o Estado tenha menos gastos com esse tipo de formação, tendo em vista que não há emprego para todos.

Em reportagem, Educar para o setor produtivo⁴, Guimarães (2013b, p. 11) traz a fala do professor Leher que aponta como objetivo do PRONATEC, a formação de um exército de reserva. Para este pesquisador,

4. Reportagem disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/educar-para-o-setor-produtivo>>. Acesso em: 19 set. 2016

[...] a política neoliberal dos anos 1990 jogou milhões de pessoas, jovens inclusive, na pobreza absoluta. Dependentes de programas assistencialistas, nos moldes do Bolsa Família, essa parcela da população deixou inclusive de disputar vagas no mercado de trabalho. “Mas isso não era um problema porque, como se tratava de um período de baixo crescimento econômico, os trabalhadores disponíveis já eram suficientes para manter o salário num patamar mais aviltado”. Já em meados dos anos 2000, com o aquecimento da economia, aumenta a inserção no mercado de trabalho e a pressão pela elevação de salários em setores como, por exemplo, a construção civil. “Fica claro que o exército industrial de reserva não fornece mais um grande número de trabalhadores disponíveis, porque eles são muito mal formados. São famílias que já estão organizadas para estar fora do mercado de trabalho, pessoas que não buscam mais emprego. E aí há uma mudança de foco”. Segundo ele, a atuação do Estado passaria a se dar, por um lado, no ensino fundamental, enfatizando um processo de socialização que permitisse a esses jovens se verem como força de trabalho; e, por outro, diretamente na educação profissional, com uma série de políticas de formação para os jovens desses bolsões de pobreza, que incentivasse essas pessoas a voltarem a procurar emprego

Uma forma de atender aos anseios dos trabalhadores que desejam ser incluídos no mercado de trabalho, principalmente os que apresentam baixa escolaridade, é que políticas como o PRONATEC se fazem necessárias, uma vez que estas criam a expectativa da empregabilidade por meio da educação e, ao mesmo tempo, atende aos interesses empresariais que terão mais trabalhadores qualificados por menores salários.

Segundo Evangelista e Shiroma (2006, p. 43), a educação concebida como redentora, é algo que predomina desde 1990 (fazendo parte do viés humanitário proposto pelos organismos internacionais), ou seja, uma “educação para a assistência e inclusão social dos empobrecidos”. Nesse sentido, Leher (1999), Oliveira (2003) e Vaz (2013) desenvolvem suas análises considerando o papel da educação atrelado tanto ao viés social quanto econômico. Isto é, os estudos desses autores se interceptam no sentido da educação na sociedade do capitalismo contemporâneo.

A ideologia de que a educação bastaria por si só para suprimir os problemas de ordem econômica e social nada mais é que um discurso que escamoteia a realidade da sociedade de classes. Ao migrar para o campo da educação a possibilidade de superação das desigualdades, o discurso liberal acaba por responsabilizar o indivíduo por seu sucesso ou insucesso, ao mesmo tempo em que desonera o Estado de suas obrigações sociais.

O apelo à educação como a solução para os problemas sociais, cujo viés se relaciona à inclusão social dos pobres, alinha-se aos discursos e orientações do Banco Mundial de manter a pobreza sob controle. Apontamos a hipótese de que o PRONATEC faz parte das políticas que são usadas como estratégias que buscam por meio da educação incutir os ideais de competência, empregabilidade, redução da pobreza e inclusão social dos grupos menos favorecidos, inclusive evidenciando muitas vezes um caráter mais assistencialista.

2.2 PRONATEC no IF Sudeste MG Campus Muriaé

O IF Sudeste MG Campus Muriaé foi ofertante do PRONATEC desde 2012. Entretanto, no período de 2012 a 2016 ofertou apenas cursos da modalidade Formação Inicial Continuada-FIC. Como podemos perceber, apesar da modalidade técnica estar incluída nas ações do PRONATEC, não foram o foco de oferta.

Por meio das análises verificamos a centralidade do PRONATEC em investir em cursos rápidos que se destinavam a grupos focalizados, já que desde a implantação do programa os recortes de beneficiários favoreceram as parcerias com o Ministério de Desenvolvimento Social na oferta de cursos para a população em situação de vulnerabilidade social e beneficiários de programas de transferência de renda do governo federal.

Através da figura 1, sintetizamos os demandantes da Bolsa Formação Trabalhador: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA e Ministério do Desenvolvimento do Comércio Interior- MDIC, durante o período de 2012 a 2016, no Campus Muriaé.

Anos	Demandantes da Bolsa-Formação
2012	MDS
2013	MDS / MDA
2014	MDS / MDA
2015	MDS / MDA
2016	MDIC

Tabela 1 - Demandantes do Bolsa Formação 2012-2016.

Fonte: Elaborado pelos autores

Todos os cursos ofertados no período de 2012 a 2016, na modalidade Formação Inicial Continuada (FIC), foram realizados com carga horária variando de 160 a 360 horas.

O Campus Muriaé, conforme relatórios do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica- SISTEC ofereceu no período analisado, 801 vagas em cursos nas áreas de: Gestão e Negócios; Desenvolvimento Educacional e Social; Recursos Naturais; Produção Cultural e Design; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação e Infraestrutura/ Controle e Processos Industriais.

O público prioritário do PRONATEC a ser atendido pela Bolsa-Formação Trabalhador, conforme documento de referência (2012), são os trabalhadores e beneficiários dos programas de transferência de renda. Tanto que dos cursos FIC ofertados no IF Sudeste MG- Campus Muriaé, aproximadamente 70% destes se efetivaram através da parceria

entre o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS com o Ministério da Educação- MEC. Ao se priorizar o atendimento às pessoas em vulnerabilidade social e às inscritas no CAD Único, o PRONATEC ratifica seu papel ideológico de redutor da pobreza e “propulsor” de oportunidades para os grupos menos favorecidos.

A redução da pobreza é um discurso muito presente nos documentos do Banco Mundial, sendo tratado, inclusive, como uma de suas missões. No relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (2006), a equidade é um dos pilares básicos utilizados pelo BM para o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. Conforme relatório do BM (2006), a equidade é entendida pelo princípio da igualdade de oportunidades, em que todos, através de seus talentos e esforços, poderiam se responsabilizar por suas conquistas, independentemente de sua origem.

A equidade definida pelo BM (2006) está intrinsecamente ligada às falácias do discurso liberal, que se impõem como ideologia dominante. Assim, entendemos que da forma como se propõe a equidade, além de camuflar os mecanismos que produzem as desigualdades da sociedade capitalista quer sejam econômicas, políticas, sociais e educacionais (desigualdade da oferta de educação, desigualdade da qualidade da educação, equívoco entre aptidão e inatismo, desconsideração da classe de origem do aluno), nega-se o processo histórico da vida e das relações sociais em que essas circunstâncias se materializam. Para Faleiros (2009, p. 53), “o discurso da igualdade de oportunidades, da eliminação das discriminações, da proteção aos fracos, da criação de novos direitos sociais é a expressão manifesta da ideologia neoliberal”.

Contrapondo ao que é proposto por meio da ideia de equidade reproduzida pelo BM, Kuenzer (1999) enfatiza que:

A ideia de equidade é sustentada pelo princípio que o investimento público só se justifica para os mais competentes, como não são todos que, segundo o banco, possuem competência para continuar os estudos, e como não há postos para todos, manda a lógica da racionalidade que não se desperdicem os recursos, particularmente com as modalidades mais caras como a formação profissional e o ensino superior, posto que não haverá retorno. Para os que insistirem em ter acesso a níveis superiores de educação e formação profissional no exercício do direito de cidadania de apropriar-se do conhecimento mesmo que na perspectiva do consumo, que o façam nas instituições privadas através da compra de mercadoria (KUENZER, 1999, p. 137).

Através desse pressuposto, o conceito de equidade colabora para justificar a desobrigação do Estado e a redução de gastos com a educação, limitando sua atuação obrigatória somente até o ensino fundamental.

Quanto ao conceito de pobreza, este também é desvinculado do contexto histórico. Vaz (2013), em seus estudos, apresenta quais os significados que assume o termo pobreza nos documentos da principal política social de combate à pobreza, o programa Bolsa

Família, e nos documentos do BM. Para a autora, os documentos apresentam definições diversas do conceito pobreza, cujas reais causas históricas e econômicas são desprezadas e a educação é posta como o horizonte para a saída da pobreza. Dessa forma:

A Educação tem assumido, progressivamente, papel importante como estratégia política para a redução da pobreza, de maneira que deriva para a assistência social e recupera a ideia “salvacionista” e “redentora”. Por seu intermédio, o pobre poderá sair da situação de pobreza, aumentará sua produtividade, terá maiores oportunidades, romperá com o círculo intrageracional da pobreza (VAZ, 2013, p. 129).

O incentivo às políticas de combate à pobreza na realidade se apresenta vinculado ao crescimento do capital, como nos aponta Oliveira (2003, p. 49):

De forma nitidamente ideológica e presa ao referencial monetarista, o Banco Mundial defende maior investimento na área social, mas sempre vinculando- o ao processo de expansão do capital. Dentre as áreas sociais de cunho social, uma das que recebem maior atenção é a educacional. Estes investimentos no setor educativo têm como justificativa a necessidade de as nações promoverem o reordenamento do seu sistema educacional de forma a criar um quadro mais qualificado de trabalhadores, impulsionando assim, o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, percebemos o quanto a educação e outras políticas compensatórias são usadas para camuflar os fatores que determinam o empobrecimento dos setores populares. Assim, além da propagação do discurso salvacionista da educação, como se ela fosse o agente principal da transformação social, relega-se ao campo individual a condição de pobreza dos indivíduos. Dessa forma:

Todos aqueles que fizerem as escolhas educacionais corretas terão possibilidades ilimitadas. Os indivíduos (e países) que priorizarem corretamente a educação terão um futuro radioso pela frente, comprovando, deste modo, a validade das bases do sistema. O capitalismo atual é justo com aqueles que souberem se qualificar corretamente. Basta não insistir nas prioridades erradas (LEHER, 1999, p. 30).

A chegada do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010) ao poder estava agregada à esperança de um projeto consistente de profundas mudanças que contemplassem “as áreas sociais, educacionais e político-culturais, de que promovessem, enfim, o incentivo e o protagonismo dos indivíduos e grupos sociais para o encaminhamento de soluções dos problemas brasileiros” (FREITAS, 2007, p. 66).

No entanto, o que se materializou no governo Lula contrapõe as expectativas de mudanças esperadas em relação ao governo FHC. Nesse preâmbulo, para Frigotto (2008, p. 526),

Em função da falta de um projeto de desenvolvimento alternativo, que incluía reformas estruturais, da tradição de não construir políticas de Estado, mas de governo, da política de alianças cada vez mais conservadora e, por outra

parte, do esfacelamento dos movimentos e forças da esquerda, a correlação de força, dentro do aparelho do Estado e na sociedade civil, pende cada vez mais para os processos de privatização mascarados por parcerias e pelas nomenclaturas que dissimulam este processo- organizações sociais públicas de direito privado.

Assim, apesar das melhorias trazidas pelo governo Lula, as prioridades dadas ao capital marcaram este governo pelas políticas focalizadas em detrimento de políticas universalistas que pudessem efetivamente combater a pobreza e a desigualdade existentes no país.

O PRONATEC, apesar de ter sido criado no governo Dilma Rousseff em 2011, é fruto de um conjunto de ações que vinham sendo tratadas nos discursos do governo Lula desde 2003, como: a retomada do crescimento econômico e a escassez de mão de obra qualificada; seu compromisso com a inclusão de segmentos marginalizados da sociedade e o fortalecimento do mundo do trabalho. Os dois governos, cuja atuação nos últimos 13 anos baseou-se num discurso democrático popular, tiveram como característica predominante os diversos programas sociais voltados ao atendimento dos setores mais pobres da população. Entretanto, para Vaz (2013), a forma de gestão para o combate à pobreza no governo Lula não resolveu o problema da má distribuição de renda no país, mas colabora para a construção de consensos e ideologias. Assim:

O fio condutor da política social do Governo Lula promove a coesão em torno de seu governo. No conceito de pobreza, disseminado tanto pelo governo quanto pelo BM, defende-se que o sujeito deve se auto-responsabilizar por seu eventual fracasso-ou sucesso. No primeiro caso, a saída sugerida é o desenvolvimento do espírito empreendedor por meio do qual o sujeito teria boas condições de existência alcançadas (VAZ, 2013, p. 129).

Todavia, percebemos também a continuidade desse fio condutor no PRONATEC, cuja inclusão produtiva da população em extrema pobreza, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria também inclui ações de incentivo ao empreendedorismo individual por meio dos cursos de qualificação.

Como já foi destacado anteriormente, desde a implantação do PRONATEC no Campus Muriaé, em 2012 a 2015, a prioridade foi para os cursos PRONATEC-BSM, cujo demandante o MDS. A proposição de cursos de qualificação para atendimento às pessoas do CAD Único por meio da Bolsa- Formação Trabalhador tem como objetivo capacitar as pessoas que já são atendidas por outros programas de transferência de renda, ou seja, a população em extrema pobreza, criando assim oportunidades de emprego e renda. A articulação do MEC com tantos ministérios para a oferta do PRONATEC, em especial com o MDS, também demonstra o papel dessa política de qualificação profissional para a redução da pobreza. As ideias de um povo mais educado e de uma força de trabalho mais qualificada são vistas pelo BM como uma forma de aumentar o crescimento e o desenvolvimento do país, colaborando para saída da sua condição de subdesenvolvido.

Os direcionamentos de organismos internacionais como o BM ocorrem desde o governo FHC, vêm se concretizando por meio de reformas e profundas mudanças no âmbito econômico, educacional e social. Nos dois mandatos do governo Lula, apesar de algumas mudanças, como nos aponta Freitas (2007), o que permanece, no entanto, é a manutenção da política neoliberal. No governo Dilma Rouseff também não foi diferente, já que seu governo pautou-se na continuidade do governo Lula. As condicionalidades impostas pelo BM têm sido acatadas pelo governo brasileiro em nome do desenvolvimento e do progresso do país, já que mesmo antes das eleições de 2002, o Banco Mundial (2002) já tinha preparado para os governos que seriam eleitos um documento com os princípios para um Brasil: Justo, Competitivo e Sustentável.

No governo Lula, o atendimento as essas condicionalidades foram efetivadas por meio das inúmeras políticas que foram criadas, como o programa Fome Zero, Bolsa Família e outros, mas que continuaram a manter o país nas mesmas condições de desigualdade. Para Freitas (2007), a opção por um modelo assistencialista focalizado em oposição a princípios universalistas constituiu os equívocos de ambos governos.

As escolhas dos governos Lula e Dilma Rouseff por adotarem essas medidas foram se legitimando por meio de políticas sociais focalizadas como o PRONATEC, que apesar de esboçar um projeto que busca a inclusão dos grupos menos favorecidos por meio da educação, cria condições de repasses de recursos públicos à instância privada, por meio das parcerias público-privadas ao invés de fortalecer e consolidar uma educação pública e de qualidade para todos. Nos casos dos cursos FIC, a predominância do privado sobre o público vem sendo estabelecida. A privatização é um dos eixos da doutrina neoliberal.

Ademais, percebemos por meio das análises dos discursos presentes no PRONATEC, além do incentivo às parcerias público privadas, o interesse de se investir em cursos rápidos que se destinam a grupos focalizados, aos pobres e às pessoas menos escolarizadas. Investimento em capital humano também é colocado pelo BM (2002), já que o aumento da capacitação das pessoas é visto como sendo proporcional ao crescimento da economia. Um governo mais atento aos pobres e a oferta de serviços aos mais carentes também é proposto pelo BM (2002), em nome da promoção da inclusão social. O atendimento aos pobres por meio do PRONATEC, bem como outros programas de transferência de renda que se destinam às camadas menos favorecidas, também possuem um papel cultural, pois colocam o Estado mais próximo dessas pessoas e favorecem a criação de um consenso em torno dessas políticas.

Assim, a redução da pobreza é muito enfatizada no documento do BM (2002); se por um lado muitas medidas e reformas buscam legitimar cada vez mais a exclusão e a exploração com promessas de desenvolvimento do país, por outro, estimula-se programas de enfrentamento à pobreza. Como assinala Leher (1999, p. 26):

Nos documentos mais recentes do banco e nos pronunciamentos de seus dirigentes, visível a recorrência da questão da pobreza e do temor quanto à segurança: nos termos do presidente do Banco, “as pessoas pobres do Mundo devem ser ajudadas, senão elas ficarão zangadas”. Em suma, a pobreza pode gerar um clima desfavorável para os negócios⁵.

Nesse sentido, entendemos que um dos objetivos do PRONATEC/BSM está relacionado ao controle situacional, não como elevação da condição econômica, mas como arrefecimento dos ânimos que poderiam eclodir em lutas por reconhecimento a partir das necessidades imediatas que vivem, ou seja, o fato de serem alvo de políticas pontuais traz a ideia de que são lembrados e considerados no esforço político para atendimento de seus direitos, sendo esse argumento materializado por compensações financeiras como os recursos da assistência estudantil: materiais escolares, uniformes, alimentação e repasse dos valores relativos ao transporte.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guisa de conclusão, quanto aos cursos aligeirados ofertados pelo PRONATEC com vistas à formação de mão de obra simples justificadas pela ideologia que propaga a necessidade de formação de demandas imediatas do mercado verificamos que estes demonstram estarem ligados às lógicas capitalistas e apresentam relação com as intencionalidades do Banco Mundial, dada a ênfase no falacioso discurso de atendimento aos grupos menos favorecidos por meio de uma educação que se assenta em eixos como “inclusão social”, “empregabilidade”, “empreendedorismo” e “cidadania”, expressões capitaneadas pelo discurso neoliberal para propagação de (pseudo) estratégias de enfrentamento da pobreza e para o controle social.

Apoiados em Coutinho (2006, p.185), consideramos que a implementação de políticas sociais como o PRONATEC se apresentam como uma estratégia de “dominação burguesa com hegemonia, o que ocorre nos regimes liberal democráticos, isso implica a necessidade de concessões da classe dominante às classes subalternas, dos governantes aos governados”, ou seja, mesmo que Estado defenda interesses privados, estabelecendo parcerias com o setor privado na oferta de cursos aos trabalhadores, delegando ao empresariado a formação profissional, “[...] precisa ter também uma dimensão pública, já que é preciso satisfazer demandas das classes trabalhadoras para que possa haver o consenso necessário à sua legitimação” (idem). Ou seja, uma aceitação passiva da nova forma de exploração. Ainda que o PRONATEC se apresente como “favorável” a classe trabalhadora e ao público ao qual se destina, ele se converte mais como uma forma de acomodação social para os que estão em vulnerabilidade e para formação de mão de obra simples para atendimento às demandas do mercado, se é que, o mercado de trabalho

5. Segundo Leher (1999, p. 26) foi na presidência de Mc Namara que ocorreu mais acentuadamente a ênfase no problema da pobreza, fazendo a educação sobressair entre as prioridades do Banco. (Nota de rodapé inserida por nós)

estaria de fato aberto às novas mercadorias formatadas pela nova política de formação profissional.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Brasil: Justo, Competitivo, Sustentável- Contribuições para Debate. 114p. 2002. Disponível em: http://documents.worldbank.org/curated/en/872061468227650321/pdf/446520BR0Visao1Box_0327407B01PUBLIC1.pdf. Acesso em: 28 dez.2016.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: equidade e desenvolvimento. Washington, DC, 2006. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2006/Resources/4773831127230817535/082136_4154.pdf. Acesso em: 28 dez.2016.

BRASIL. **Documento Referência para Bolsa Formação Trabalhador no Âmbito do PRONATEC**. 2012. Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2013021105817732documentoreferencia_bolsa_formacao_trabalhador.pdf. Acesso em: 12 set. de 2016.

BRASIL. MEC. **Guia PRONATEC de Cursos FIC**. 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia_pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&category_slug=maio2016pdf&Itemid=30192> Acesso em: 28 set. de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil**. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/documentos/cartilha_mulheres_mil%20. Acesso em: 02 ago. 2016.

BRASIL. MEC. PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. Lei nº 12.513 de 26/10/2011. Institui o PRONATEC. Disponível em: http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei_12513.pdf. Acesso em: 13 fev. 2012.

BRASIL. MEC. **Concepções e Diretrizes**: Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia. 2008.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas**. São Paulo: Bertrand, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

DE MARI, Cezar Luiz. **“Sociedade do Conhecimento” e Educação Superior na década de 1990: O Banco Mundial e a produção do desejo irrealizável de *Midas***. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2006.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Educação para o alívio da pobreza: novo tópico da agenda global. **Revista de Educação**. Campinas, n. 20, p.43-54, jun. 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora UNB, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. **O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas.** Rev. Katal. Florianópolis: 2007, v.1. n.1. p-65-74.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Profissional e Capitalismo Dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais. Trab. Educ. Saúde, v.5, n.3, p.521-536, nov.2007/fev. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 4.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Demerval (Orgs). **Capitalismo, trabalho e educação.** Campinas: Autores Associados HISTEDBR, 2005.

GUIMARÃES, Cátia. **Pronatec: qualificação e trabalho sob demanda.** 2013. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/pronatec-qualificacao-e-trabalho-sob-demanda>. Acesso em: 19 set. 2016.

GUIMARÃES, Cátia. **Educar para o setor produtivo.** 2013. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/educar-para-o-setor-produtivo>. Acesso em: 19 set. 2016.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETI, Celso João; JÚNIOR, João dos Reis Silva; SALES, Maria Rita N. Sales (Orgs). **Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional.**-Revista Perspectiva: Florianópolis. v.20, n.02, p.269-301, jul./dez.2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. Tradução de Reginaldo Santana. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.) et al. **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil.** São Paulo, Xamã, 2010.

OLIVEIRA, Ramon de. **A (des) qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção questões da nossa época; v.101).

SILVA, Maria Abadia da. **Intervenção e Consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: Fapesp, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. Florianópolis-São Paulo: Editora da UFSC-Cortez, 2011.

VAZ, Joana D'Arc. **Educação, Programa Bolsa Família e Combate à pobreza**: o cinismo instituído. Dissertação. Florianópolis: UFSC, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acompanhamento de Egressos 251, 252, 255

Alfabetização 59, 60, 62, 64, 65, 66, 95, 96, 102, 103, 165, 168, 170, 171, 172, 228, 230, 232, 234, 256

Análise 17, 21, 23, 26, 28, 31, 36, 37, 54, 56, 67, 68, 82, 86, 95, 99, 110, 115, 117, 119, 120, 123, 128, 130, 135, 136, 137, 139, 142, 148, 160, 164, 169, 175, 180, 187, 189, 199, 210, 211, 215, 216, 217, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 251

Anos Iniciais 96, 165, 167, 168, 170, 190, 249

Aprendizagem 13, 53, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 90, 96, 100, 101, 104, 107, 109, 110, 113, 117, 118, 119, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 142, 146, 158, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 193, 194, 226, 229, 232, 235, 236, 237, 238, 241, 247, 248, 249

Avaliação Interna 82, 83, 87, 88

C

Capitalismo Acadêmico 19, 20, 21, 22, 23

Categorias 17, 29, 38, 39, 52, 117, 119, 120, 123, 124, 126, 130, 135, 136, 205, 212, 216

Colegialidade 19, 20, 21

Covid-19 126, 127

D

Deficiência 158, 159, 210, 211, 215, 217, 220, 222

Desafios 4, 18, 23, 80, 84, 85, 86, 90, 91, 93, 94, 98, 102, 103, 115, 138, 164, 197, 198, 209, 241

Desfiles Escolares 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154

Dialogicidade 1, 6

Diálogo 6, 7, 9, 10, 18, 65, 89, 108, 131, 132, 133, 134, 138, 143, 146, 188, 206, 223, 224, 225, 226, 237

Discência 9, 12

Discurso 3, 4, 6, 7, 44, 47, 49, 50, 51, 67, 68, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 115, 125, 134, 157, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 232, 238

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 35, 37, 39, 41, 43, 45, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 119,

120, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 132, 140, 142, 143, 144, 146, 154, 155, 156, 159, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 176, 177, 184, 185, 186, 190, 191, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 218, 219, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 252, 256, 257

Educação Contextualizada 140, 142, 143, 144, 146, 154, 156

Educação do Campo 24, 25, 27, 28, 93, 155, 156, 171, 186, 190, 197, 257

Educação Infantil 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 117, 118, 119, 123, 125, 127, 128, 167, 172, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249

Educação Profissional 67, 68, 72, 73, 80, 81, 257

EJA 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 113, 114, 115

Ensino 2, 5, 9, 11, 13, 16, 20, 21, 22, 23, 40, 54, 55, 56, 57, 65, 67, 72, 74, 79, 80, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 142, 146, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 173, 177, 179, 181, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 204, 205, 207, 226, 228, 229, 232, 236, 238, 240, 245, 247, 248, 249, 251, 252, 254, 255, 256, 257

Ensino Básico 158

Ensino Remoto 40, 89, 91, 117, 118, 119, 123, 124, 125, 126, 127, 128

Entrevista 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 152, 174, 181, 183, 191, 192, 193, 194, 195, 196

Escola 4, 5, 6, 10, 14, 15, 16, 18, 71, 80, 94, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 110, 114, 118, 125, 128, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 177, 181, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 206, 209, 217, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 229, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 246

Escolaridade 72, 173, 174, 175, 177, 178, 180, 232, 233

Esperança 1, 2, 3, 7, 8, 11, 16, 17, 18, 46, 75, 101, 164, 181, 184, 225

Estado 5, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 35, 61, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 90, 105, 109, 112, 114, 117, 123, 124, 126, 140, 141, 160, 164, 175, 177, 184, 190, 203, 207, 219, 235, 256

Estilos Parentais 117, 118, 119, 121, 122, 123, 127, 128

Ética 1, 5, 6, 8, 12, 14, 17, 18, 43, 49, 50, 51, 52, 57, 120, 143, 170, 208, 213, 251

Eurocentrismo 43, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 56, 114

F

Família 3, 4, 14, 72, 75, 77, 81, 118, 122, 123, 124, 125, 131, 136, 137, 153, 159, 172, 190, 218, 219, 220, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 244, 247, 248

Fazer Docente 9, 10, 11, 14, 66, 195

Feira de Ciências 158, 161, 162, 163

Formação Continuada 9, 10, 104, 115, 197, 223, 224, 225, 226, 227

Formação Docente 186, 194

Formação Humana 1, 108

Foucault 44, 45, 48, 51, 58, 143, 156, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222

G

Gestão do Conhecimento 82, 83, 88, 89, 90

H

Heterogeneidade 100, 165, 168, 169, 171

I

Identidade 9, 10, 15, 18, 25, 106, 108, 119, 120, 142, 145, 147, 148, 156, 169, 173, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 194, 196, 197, 198, 220, 226

Indicador de Desempenho 251, 254, 255

Intensificação 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 231, 232

Interação 28, 54, 65, 108, 124, 126, 139, 169, 188, 189, 206, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 252

L

Letramento 59, 60, 61, 62, 65, 229, 232, 234, 256

Linguagem Oral e Escrita 59, 60, 65

Luta de Classes 24, 27, 83

M

Marx 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 42, 53, 69, 80, 176, 185, 198, 231, 233

Meninas Carentes 158

Movimento Estudantil 19, 20, 21, 22, 23

Multisseriação 165

N

Narrativa Infantojuvenil 210

O

Oncológico 130

P

Pandemia 29, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 89, 90, 91, 117, 118, 119, 123, 126, 127, 128, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 182, 183, 242, 243, 245, 246, 248

Papel dos Pais 120, 235, 237

Paulo Freire 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 95, 146, 197, 225

Pedagogia Alternativa 140, 142, 146, 155

Perda de Autoridade 235, 236, 237, 238

Permissividade dos Pais 235, 237, 238, 239, 240

Pesquisa de Satisfação 251

Pobreza 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 178

Políticas Públicas 24, 25, 26, 27, 28, 42, 67, 80, 91, 120, 204, 235

Pós-Modernidade 43, 53, 57, 152, 154, 237, 241

Possibilidades 2, 5, 12, 13, 44, 52, 57, 62, 63, 75, 87, 90, 93, 94, 97, 98, 102, 108, 114, 115, 116, 118, 123, 125, 142, 143, 146, 165, 167, 168, 188, 208, 212, 232, 244, 247

Prática Pedagógica 25, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 143, 195, 199, 200, 201, 205, 206, 208, 209, 248

Professora de Educação Infantil 199

Professores 2, 5, 6, 17, 19, 20, 41, 54, 56, 57, 65, 84, 85, 86, 94, 95, 97, 99, 103, 106, 108, 110, 113, 114, 120, 123, 125, 128, 140, 143, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 158, 159, 160, 162, 166, 169, 172, 177, 189, 192, 194, 195, 198, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 223, 224, 225, 226, 227, 235, 237, 238, 242, 249, 256, 257

Pronatec 67, 68, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80

Q

Qualitativo 29, 130, 136, 185, 201

S

Sinaes 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

T

Trabalho 5, 11, 12, 17, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 49, 54, 55, 59, 60, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 76, 78, 80, 93, 95, 96, 98, 99, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 117, 118, 123, 130, 133, 136, 138, 147, 148, 158, 160, 162, 163, 164, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 191, 192, 194, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 221, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 247, 251, 252

Trabalho Docente 29, 37, 40, 41, 108, 168, 192, 208

U

Universidade Comunitária 19, 20, 21, 22, 23

V

Verdade 4, 6, 34, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 131, 143, 146, 169, 194, 210, 212, 213, 214, 219, 220, 221, 239

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021